

esta obra encuentran ya respuesta todos los interrogantes fundamentales que cabría plantearse sobre dicho movimiento, quedando éste además perfectamente contextualizado en las corrientes de pensamiento socioeconómico de la España de la época. Por todo ello, como se ha señalado antes, es de consulta obligada para todos aquéllos interesados en el marco intelectual de la España del primer tercio del siglo XIX, muy

particularmente en lo referente al pensamiento agrario.

José Luis Ramos Gorostiza

Universidad Complutense de Madrid

REFERENCIAS

Moss, L. S. (Ed.) (2008). *Henry George: Political Ideologue, Social Philosopher and Economic Theorist*. Oxford: Blackwell.

Juan Diego Pérez Cebada

Tierra devastada: Historia de la contaminación minera

Madrid, Editorial Síntesis, 2014, 289 páginas

Pode uma história da contaminação mineira caber num livro? A tarefa parece hercúlea, mas em menos de 300 páginas Juan Diego Pérez Cebada consegue-o, visitando casos de conflitos consequentes da poluição provocada pela extracção de minerais não ferrosos em diversos pontos do globo entre a segunda e a primeira metade dos séculos XIX e XX. Trata-se de uma abordagem com tanto de extensivo, ao cartografar a conflitualidade em locais dispersos do globo, como de intensivo, ao apresentar com assinalável detalhe alguns casos. Por outro lado, a extensão temporal abarcada proporciona uma visão de longo termo dos conflitos, justificada desde logo pelo autor, pela influência que exerceram nas mobilizações sociais posteriores, na definição dos dispositivos de regulação ambiental ou na incorporação de soluções tecnológicas por parte da indústria. Nesta obra, Pérez Cebada traz à estampa mais de uma década de pesquisa

documental em centros de investigação e universidades norte-americanas e europeias, num projecto que, de acordo com as palavras do autor, assenta numa *perspectiva comparada y global* (p. 13).

Da estrutura do livro sobressaem duas grandes partes: os primeiros quatro capítulos propõem uma viagem pelo mundo dos conflitos que eclodiram em diversas zonas mineiras, nas Américas do Norte e do Sul, na Europa e na Ásia. Nestes são apresentados diversos casos que permitem, na segunda parte da obra (nos capítulos 5 e 6), analisar o papel que as empresas, a sociedade civil e as instituições públicas desempenharam nos processos de mobilização e mediação de conflitos.

O capítulo inaugural coloca o leitor perante os eixos de análise do autor e que remetem para as interdependências entre o desenvolvimento do sector mineiro, o aumento da contaminação ambiental, os avanços tecnológicos e científicos, a emer-

gência das correntes conservacionistas e dos movimentos sociais de contestação à indústria mineira e a agência das instituições políticas e administrativas. O segundo capítulo apresenta as condicionantes que marcaram o aumento de conflitualidade ao longo do século XIX, precisamente, a partir da articulação entre os factores atrás referidos, num processo eivado de paradoxos –os esforços de redução dos impactos ambientais faziam-se, em parte, através da introdução de soluções técnicas, o mesmos avanços técnico-científicos que sustentavam o aumento da exploração e consequente avolumar da contaminação. Neste quadro, a transferência de *know-how* dentro da Europa e entre os dois lados do Atlântico foi constante e o autor dá conta do modo como as inovações técnicas eram incorporadas pelo sector mineiro, com os devidos efeitos na produtividade e na mitigação dos efeitos ambientais, apesar as falácias que recorrentemente acompanharam os argumentos e procedimentos das empresas, como o caso da substituição das *teleras* por métodos de lixiviação bem atesta.

A viagem proposta por Pérez Cebada começa propriamente neste segundo capítulo, levando o leitor aos principais centros mineiros britânicos, alemães, franceses, espanhóis, portugueses, canadianos, estado-unidenses e, também, em países que o autor situa na *periferia do capitalismo*, como é o caso do Japão ou do Chile. Entre os casos abordados, são dignos de destaque os norte-americanos, em particular os vividos no estado do Montana na segunda metade do século XIX, já que nos dão uma visão

particularmente explícita do modo como a questão da poluição mineira aí foi tratada, mormente através da adopção de soluções técnicas, jurídicas e políticas inovadoras. Já o caso da Península Ibérica, em especial os episódios de contaminação da bacia do rio Guadiana no seu tracto transfronteiriço, coloca em perspectiva as discussões sobre os impactos da poluição hídrica entre os estados e os desafios colocados ao direito internacional. No Japão, o conflito nas minas de Ashio, no início do século XX, revela um protesto com contornos conservacionistas muito próprios e de grande interesse para a análise da produção de repertórios e vocabulários de protesto noutros contextos, inclusive, contemporâneos.

Mudando ligeiramente o enfoque dos espaços rurais para os contextos urbanos, o terceiro capítulo trata dos conflitos, debates técnico-científicos e discussões políticas motivados pela contaminação ambiental sentida nas cidades. O ponto de partida são os movimentos conservacionistas e de defesa da saúde pública, ambos de gestão urbana. Os casos de Huelva, da bacia do Sena, a norte de Paris, e do Mosa são boas referências para perceber a acção reguladora e de intermediação das autoridades municipais, divididas entre a pressão das políticas industrialistas e a satisfação das demandas da sociedade civil.

O modo como os conflitos, a partir da escala local, foram capazes de influenciar as discussões públicas e a acção política nacionais constitui o objecto do quarto capítulo, servido por uma comparação entre os casos espanhol e canadiano. Em Espanha, desde 1850 que a contaminação ambiental

produzida pela extracção mineira ganhava contornos de problema público, alimentado pela afirmação do modelo liberal e correspondente afã industrialista e, em finais do século, duas grandes questões orientavam a agenda dos protestos anti-mineiros: os direitos sobre a propriedade e a saúde pública. Assim explica Pérez Cebada como se afirmaram duas tendências de mobilização anti-mineira suportadas por diferentes bases sociais: uma, pautada pela defesa das condições sanitárias, em particular nos contextos urbanos; outra, de cariz sectorial que agremiava proprietários agrícolas, florestais ou comunidades rurais, preocupada com a defesa dos direitos da propriedade. Neste âmbito, o Canadá aporta um caso interessante devido, por um lado, à influência das correntes conservacionistas nos movimentos anti-poliuição e, por outro, à afirmação do papel do Estado e das autoridades provinciais na regulação ambiental e na mediação dos litígios entre os interesses da indústria e dos outros sectores e grupos (e.g. indígenas) afectados pela contaminação ambiental.

O capítulo quinto revela uma análise mais densa do modo como as empresas mineiras lidaram com a conflitualidade provocada pela contaminação ambiental, tendo Pérez Cebada prestado especial atenção ao caso da contestação à calcinação de minerais a céu-aberto, a mesma que esteve na génese das diversas «ligas anti-fumos» no Reino Unido ou no sul de Espanha. Com a questão da saúde pública e a destruição de coberto vegetal na mira dos contestatários, Pérez Cebada percorre os argumentos das empresas mineiras que, em meados do século XIX e para corresponder às preocu-

pações em torno da saúde pública, recorreram a pareceres científicos que defendiam os benefícios profiláticos da inalação dos fumos resultantes da queima das piritas. Mas os debates científicos mais inovadores sobre os efeitos da contaminação atmosférica medraram na Alemanha a partir do último quartel do século XIX, sendo a «teria do dano invisível» (focada no estudo dos efeitos a longo prazo da poluição atmosférica para o ambiente e saúde humana) um bom exemplo desta produção.

O capítulo sexto entrega-se à análise do papel das instituições e da sociedade civil nos conflitos. Aqui, Pérez Cebada revê o cardápio de argumentos sustentados pelos movimentos de contestação que, em contraponto com a racionalidade económica dos argumentos dos consórcios mineiros, procura valorizar tanto a produção camponesa, como os modos de vida a ela associada. Ou seja, uma «teoria do valor» calculada a partir de variáveis subjectivas, mais dada à abstracção do que à estreita interpretação legalista e materialista das empresas e que não esquece os argumentos erigidos à volta dos efeitos nocivos da poluição para a saúde. Precisamente para fazer face às crescentes mobilizações anti-poliuição que, ao longo da segunda metade do século XIX, foram ganhando expressão nos dois lados do Atlântico, Pérez Cebada identifica duas tendências de acção: a) a intervenção pela via judicial através de um sistema de compensações para os afectados, mais comum no universo anglo-saxónico; e b) a actuação pela via da regulação, mais comum na Europa. No entanto, repara o autor, a partir do início do século XX,

assistiu-se a uma convergência entre ambas, consubstanciada em formatos combinados de direito comum e medidas reguladoras, como o conflito de Trail Smelter (Canadá/EUA), nas décadas de 1930-1940, bem demonstra. O caso espanhol, em particular no que se refere à exploração mineira nas imediações de Huelva, é elucidativo da fluidez entre os dois sistemas. Apesar do crescente recurso, na década de 1890, aos tribunais por parte dos contendores, o expediente da via judicial como forma de obter compensações pelos danos causados pela indústria extractiva foi perdendo protagonismo, muito às custas dos movimentos anti-fumos que surgiram nesta região na viragem de século, mais favoráveis à introdução de condicionantes de ordem técnica à actuação das empresas (um contexto de produção regulamentar que Pérez Cebada associa à emergência do direito ambiental espanhol).

A relevância do activismo anti-poluição que emergiu, tanto nas áreas de exploração mineira, como nos centros urbanos afectados pela contaminação ambiental é destacada pelo autor. Embora se trate de mobilizações e de conflitos com diferentes protagonistas, modalidades de protesto e desfechos, partilham o facto de terem contribuído para fazer avançar soluções técnicas, aparatos legislativos e dispositivos reguladores. Movidos, inicialmente por agricultores, criadores de gado ou outros grupos cujos interesses se viam abalados pelos efeitos ambientais da actividade extractiva, estes conflitos acabaram por se exprimir através de novas combinações de protagonistas e por se complexificar à me-

da que as redes de participantes e as bases sociais e políticas de apoio se alargavam. A partir do século xx, nota Pérez Cebada, estas mobilizações ganham ímpeto, impulsionadas pela crescente influência das correntes higienistas, pelo reforço dos debates públicos em torno das questões de saúde, pelo contributo dos avanços dos estudos científicos sobre os efeitos da poluição mineira, sem esquecer o papel da imprensa na amplificação das reivindicações.

A viagem que Pérez Cebada convida a fazer pela história da contaminação mineira tem como corolário uma revisão crítica das propostas de análise da conflitualidade socio-ambiental. Quatro grandes teses são escrutinadas, a saber: a) a que propala os movimentos anti-poluição como sucedâneo dos movimentos conservacionistas de emanação urbana, na tradição de autores como MacMillan, para Pérez Cebada pouco consentânea com a natureza local e não elitista de muitos dos formatos de contestação popular; b) a da acção *anti-poluição como produto do radicalismo e agit-prop* de inspiração política esquerdista, para o autor, uma tese pouco verosímil, sobretudo, quando os níveis de politização dos movimentos são residuais; c) a tese da agência contestatária dos actores rurais movida pela defesa de interesses próprios e indiferentes ao interesse da economia supra-local, um «egoísmo» motivado pelo receio das consequências que a actividade mineira possa trazer para as suas actividades produtivas, práticas sociais e acesso aos recursos fundiários –para o autor, trata-se de uma explicação com pouca razoabilidade científica, mais próxima do argu-

mentário empresarial; e d) como alternativa, Pérez Cebada traz para o debate a tese do ecologismo dos pobres, muito devedora dos contributos de Martínez Alier e outros, situando as mobilizações anti-mineiras no quadro dos conflitos distributivos. Contudo, mais do que um ecologismo dos pobres, até para escapar ao cariz classificatório do termo, Pérez Cebada sugere o conceito de «ecologia popular», proposta apresentada como mais adequada para compreender a variação de sofisticação intelectual e organizativa dos diferentes movimentos e a estrutura das relações de poder entre contestatários, empresas e agentes institucionais.

Em *Tierra Devastada*, Pérez Cebada oferece uma perspectiva histórica dos conflitos socio-ambientais nas minas, numa proposta compreensiva que aborda, tanto o plano da mobilização social anti-mineira, como a (re)acção das empresas, seja pela via da influência política e legislativa, seja através da introdução de inovações técnicas no processo extractivo e tratamento das emissões. Nesta publicação fica claro que a indústria mineira, pela interferência que provoca nas relações sociais e sistemas de produção autóctones, gera processos de resistência e de protesto centrados na defesa dos direitos sobre a propriedade, reivindicando-se, também, usos sociais e culturais dos recursos sob ameaça de controlo pelas empresas mineiras. Todavia, Pérez Cebada é cauteloso no manejo da perspectiva do «ecologismo popular», sobretudo enquanto pauta analítica universal. Aliás, no registo do autor, ressalta a ideia de que a complexidade, variedade e especificidade dos ca-

sos que envolvem os conflitos em zonas mineiras, assim como a hibridez e fluidez das posições e estratégias dos mobilizados e empresas, colocam continuamente rep-tos que os investigadores não podem ignorar. A história da actividade mineira contemporânea revela-o com nitidez e, como paradigma de tal, Pérez Cebada deixa o caso do conflito ocorrido no dealbar do século XX, nas minhas japonesas de Aisho, ilustrativo do papel de liderança das elites terra-tenentes na mobilização popular e agência política anti-mineira.

A riqueza do detalhe da análise, a extensão dos casos estudados e a abrangência temporal propostos por Pérez Cebada em *Tierra Devastada* resultam num esplêndido contributo para a história ambiental e num rico manancial documental para a história dos movimentos sociais e dos conflitos sócio-ambientais.

Pedro Gabriel Silva

Universidade de Trás-os-Montes
e Alto Douro, Portugal